



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681376 - SP (2021/0226900-2)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : JADE YASMINE GARCIA PAIANO
ADVOGADO : JADE YASMINE GARCIA PAIANO - SP341025
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MANOEL BARBOSA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MANOEL BARBOSA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000330-04.2017.8.26.0583).

O paciente foi condenado as penas de 6 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, e 700 dias-multas, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A defesa e o Ministério Público Estadual apelaram, sendo provido apenas o recurso ministerial, majorando a pena do ora paciente, para 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado e 680 dias-multas.

Sustenta que "a dosimetria da pena do paciente, deve ser reformada, pois a pena base foi majorada, sendo que foi considerada uma passagem de ato infracional como circunstancia negativa ligada à personalidade do agente." (fl. 9)

Ressalta, por fim, que "O redimensionamento da pena-base no mínimo legal, eis que em desacordo com jurisprudência e súmula dos Tribunais superiores, é medida de rigor, pois no presente caso, ocasionou a grande INSTABILIDADE JURIDICA!!" (fl. 10)

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena do paciente para o mínimo legal na primeira fase da dosimetria da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular, porquanto assim ressaltou o relator do writ originário:

Foi a pena de partida corretamente balizada empatamar acima do mínimo legal.

Observe que o acusado, enquanto menor, respondeu a vários atos infracionais, um deles da mesma espécie, aliás, como ele próprio admitiu, tendo sido, inclusive, submetido à medidas socioeducativas de

internação(Proc. nº 3006737-18.2013.8.26.0032 fls.49), demonstrando, portanto, personalidade desvirtuada e conduta socialdesajustada.

Os demais motivos mencionados pelo ilustrerepresentante do Ministério não podem ser considerados para essa finalidade, porquanto inerentes ao próprio tipo penal.

Entrementes, deve ser adotado o percentual de 1/6 (um sexto), fixando a pena de partida em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa.

Ao depois, na segunda etapa, reconhecida a agravante da reincidência (Proc. nº 0000832-38.2014.8.26.0456 fls.221), reputo acertada a elevação da pena, mas não no percentual adotadona r. sentença, devendo ser majorada em apenas 1/6 (um sexto).

Inexistiram circunstâncias atenuante que devessem ser consideradas. Na terceira e última fase da dosagem, não era mesmo o caso de reconhecimento da causa especial de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas, em virtude da comprovada reincidência.

Com isso e ausentes outras causas modificadoras aplicáveis, fixo a pena do apelante, definitivamente, em 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e pagamento de 680(seiscentos e oitenta) dias-multa, no valor unitário mínimo legal.

O regime de cumprimento de pena, em face do quantum de pena imposto e da reincidência, foi estipulado com absoluta correção.

Também em função disso, inconcebível se cogitar na substituição da pena corporal por restritivas de direitos.

Inaplicável, igualmente, o artigo 387, § 2º, do Diploma Processual Penal, porquanto inexistentes nos autos quais quer informações hábeis a respaldar não só a real situação processual do acusado, como um todo, mas, também, o requisito subjetivo indispensável à estipulação de regime diverso do ora imposto, já que se trata, ainda quede maneira oblíqua, de verdadeira e inoportuna progressão. Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimentoao apelo defensivo,e dou provimentoao recurso ministerial, a fim de elevara pena do MANOEL BARBOSA DE SOUZApara 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e pagamento de 680(seiscentos e oitenta) dias-multa, no valor unitário mínimo legal,mantida, no mais, a respeitável sentença de primeiro grau, por seus próprios e jurídicos fundamentos. (fl. 64-66)

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de

3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência